

Protecionismo e enriquecimento

03 – 07 - 99

[É válida a doutrina segundo a qual a história ensina que o livre comércio torna os países mais ricos?]

[Idéias protecionistas permitiram que os EUA se tornassem maior potência do século]

Segundo a seção ‘economia e negócios’ da revista *Veja* de 16/06, a história econômica ensina que os países que praticam o livre comércio ficam mais ricos, saudáveis e seguros, enquanto os adeptos do protecionismo chegam próximo da ruína. Por isso, a aposta de que a reunião dos representantes de 48 países da Europa, América Latina e Caribe estaria condenada ao fracasso, terminou com a seguinte pérola: “Talvez essa fosse uma boa hora para os europeus tomarem uma aula de história” (p.137). Nem merece comentário a falta de senso de ridículo embutida nessa frase. Mas vale a pena meditar sobre os pressupostos de tão arrogante disparate, porque a formação dos economistas brasileiros tem sido tão precária que muitos talvez estejam mesmo a pensar como os autores da matéria.

Se existe algo que possa ser considerado como uma “teoria” do protecionismo, ela nasceu com Alexander Hamilton (1755-1804), o primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Sua obra, na qual se destaca o *Report on Manufacture*, justificou a instauração do maior protecionismo de todos os tempos: aquele que permitiu que os Estados Unidos se tornassem a maior potência industrial e a nação hegemônica deste século. Foram as idéias de Hamilton que inspiraram o alemão Friedrich List, paladino da oposição à crescente influência do pensamento liberal britânico em meados do século passado. Os dois pregaram o protecionismo como política absolutamente temporária, sem a qual seria impossível enfrentar a superioridade competitiva da indústria britânica. Coerentemente, defendiam o mais irrestrito livre comércio para os produtos agrícolas!

Nos Estados Unidos, o principal foco de liberalismo, organizado pelos exportadores sulistas de algodão, foi desmantelado em 1865, ao final da guerra civil, junto com a escravidão. Enquanto isso - dizem os manuais de história - o livre comércio estaria sendo consagrado do outro lado do Atlântico. De fato, o continente europeu vinha sendo paulatinamente conquistado pelas políticas liberais das ilhas britânicas, adotadas na sequência da abolição da famosa “lei dos cereais”, em 1845. E o Tratado Anglo-Francês de 1860 deu início àquilo que a historiografia acabou batizando de “consenso liberal europeu”. Mas logo esbarrou na contração da economia mundial iniciada em 1873, sendo liquidado cinco anos depois, a partir da vitória dos protecionistas alemães nas eleições para o Reichstag. Ou seja, não chegou a durar vinte anos o tal livre comércio que, segundo a lenda, teria sido consagrado na Europa durante todo o século passado.

Como na história do Japão não se encontra sequer um bastião liberal semelhante ao dos algodoeiros sulistas, e muito menos qualquer espasmo de livre comércio similar ao da Europa entre 1860 e 1878, cabe perguntar quanto pode valer essa idéia que dá lastro ao citado artigo da *Veja*, segundo a qual a história econômica ensina que os países que praticam o livre comércio ficam mais ricos, saudáveis e seguros, enquanto os adeptos do protecionismo chegam próximo da ruína. É só olhar para os mais dinâmicos pólos da economia mundial para perceber que são justamente campeões históricos de protecionismo que lideram hoje a prática do livre comércio apenas no interior de suas respectivas zonas geopolíticas.

O fato do Canadá e do México se terem unido aos Estados Unidos, não criou obstáculos a seus equivalentes fluxos comerciais com a Ásia. A preferência às trocas internas à UE não impede que a Alemanha conserve seus velhos laços com a Europa Central, Áustria e Suíça; nem que a França faça o mesmo com os países do norte da África. Na mesma linha, o Japão mantém um intenso comércio com os Estados Unidos e o Chile, apesar de suas âncoras na Ásia e na Oceania. Na prática, essa regionalização das trocas internacionais está muito longe de se limitar aos acordos comerciais. É também um fenômeno estrutural, resultante de diversos vetores de proximidade geográfica, histórica, cultural e política. Aliás, o acordos mais bem sucedidos são justamente os que complementam um entendimento que já avançou pelas trilhas dessas vantagens de afinidade.

Tal é o contexto em que precisa ser construída a estratégia de relacionamento do emergente Mercosul com os três principais feixes econômicos mundiais. Seu comum protecionismo agrícola - que nada tem a ver com as idéias de List e Hamilton - nasceu em 1933 com o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt e foi mais tarde imitado na Europa e no Japão. No começo estava exclusivamente voltado à sustentação dos preços internos para que fosse garantida estabilidade de renda mínima a multidões de agricultores. Mas essa política foi deixando de ser apenas agrícola, adquirindo muitas outras dimensões à medida em que os agricultores se tornavam minoria no próprio meio rural. Adaptações que nunca se basearam em simplistas comparações microeconômicas de competitividade de cadeias produtivas, mas sempre responderam a imperativos de desenvolvimento regional e coesão social. É portanto quixotesca a vontade de que instituições sedimentadas por muitas décadas de pragmatismo socioeconômico sejam de repente abolidas para atender à maior eficiência do Mercosul em algumas commodities. Nada impede, contudo, que se consiga obter compromissos parciais, como a eliminação progressiva de subsídios às exportações. Basta que não se dê ouvido a estribilhos de garotos doutrinários.